



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

MINUTA DE DECRETO

Campinas, 02 de abril de 2026.

Minuta de Decreto

Dispõe
sobre
Convênios
relativos
às
transferências
de
recursos
financeiros
do Fundo
Municipal
de Saúde
e
Acordos
de
Cooperação
Técnica
para o
desenvolvi-
mento de ações
de
integração
ensino-
serviço e
demais
parcerias,
celebradas
por
intermédio
da
Secretaria
Municipal
de
Saúde, e
sobre a
instrução
dos
processos
respectivos

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, *caput*, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre Convênios relativos às transferências de recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde e Acordos de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações de integração ensino-serviço e demais parcerias, celebradas por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e sobre a instrução dos processos respectivos.

§ 1º Estão abrangidos por este Decreto:

I - Convênios relativos às transferências de recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde;

II - Acordos de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações de integração ensino-serviço na abrangência do Sistema Único de Saúde -SUS Campinas,

III - Acordos de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações complementares ao Sistema Único de Saúde - SUS Campinas.

§ 2º Este Decreto não se aplica aos termos de colaboração, aos termos de fomento e aos acordos de cooperação de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e suas alterações.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Acordo de Cooperação Técnica: instrumento que disciplina a cooperação para a execução de ações complementares ao SUS, de interesse recíproco e em mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos, tendo como partícipes, de um lado o Município de Campinas, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e, de outro lado, entidades da administração pública, direta ou indireta ou, ainda, instituições privadas com ou sem fins lucrativos;

II – Acordo de Cooperação Técnica entre entidades públicas e instituições de ensino públicas e privadas com ou sem fins lucrativos: instrumento que disciplina a cooperação para o desenvolvimento de ações de integração ensino-serviço na abrangência do SUS Campinas, sem transferências de recursos, firmado pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

III - agente político: o Chefe do Poder Executivo, o Vice-Prefeito, o Presidente ou Diretor-Presidente de entidades da Administração Indireta e os Secretários Municipais;

IV - conveniente: entidade da Administração Pública Municipal, responsável pela transferência de recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio;

V - conveniado: órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos com o qual a administração municipal pactua a execução de projeto, atividade, serviços, aquisição de bens, ou realização de eventos, mediante a celebração de convênio;

VI - Convênio entre entidades públicas: instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde, tendo como partícipes, de um lado, o Município de Campinas, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e, de outro lado, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, envolvendo a realização, de forma complementar ao SUS, de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou realização de evento de interesse recíproco em regime de mútua cooperação;

VII - Convênio entre entidades públicas e entidades do Terceiro Setor: instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde, tendo como partícipes, de um lado, o Município de Campinas, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e, de outro lado, associações civis ou fundações sem fins lucrativos, envolvendo a realização, de forma complementar ao SUS, de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou realização de evento de interesse recíproco em regime de mútua cooperação;

VIII – dirigente: a pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da pessoa jurídica, habilitada a assinar o ajuste com a Administração Municipal, ainda que delegue essa competência a terceiros;

IX - interveniente: órgão da administração pública direta e indireta de qualquer esfera de governo ou entidade privada, que participe do convênio ou acordo de cooperação técnica para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio;

X - objeto: o produto do Convênio ou do Acordo de Cooperação Técnica, observado o plano de trabalho; para a obtenção de um resultado comum que será usufruído por todos os convenientes, conveniados ou partícipes;

XI - participe: entidade pública ou privada, ou organização da sociedade civil, inclusive o interveniente, quando houver, que celebre Acordos de Cooperação Técnica.

XII- plano de trabalho: peça integrante do Convênio ou do Acordo de Cooperação Técnica, que especifica as razões para celebração, descrição do objeto, metas e etapas a serem atingidas, indicação da contrapartida quando couber, plano de aplicação dos recursos, cronograma de desembolso, previsão de início e fim da execução do objeto;

XIII - Termo Aditivo: instrumento que tenha por objetivo a modificação da avença celebrada.

XIV – Apostilamento: registro que não caracteriza alteração do Convênio ou Acordo de Cooperação Técnica e pode ser realizado por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

Art. 3º É vedada a celebração de Convênio ou de Acordo de Cooperação Técnica com pessoas jurídicas que incorram em quaisquer das seguintes vedações:

I - não esteja regularmente constituída ou, cujo ato constitutivo, estatuto ou contrato social, não contenha objeto social compatível com o objeto do ajuste.

II - esteja omissa no dever de apresentar contas de parceria anteriormente celebrada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde através de declaração emitida pelo órgão competente;

III - tenha como dirigente membro de Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, mediante a apresentação de Declaração do representante legal da entidade ou sociedade;

IV - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Campinas, mediante a apresentação de consulta comprobatória de inexistência de Sanções no Cadastro do Município de Campinas;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos; cuja comprovação deverá ser mediante Certidão Correcional - Entes Privados, que corresponde à Certidão negativa referente a punições vigentes contidas nos Sistemas Correcionais (ePAD, CGU-PAD, CGU-PJ e Banco de Sanções) e nos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, bem como de procedimentos acusatórios em andamento em desfavor do ente privado, extraída do sistema de Certidões da Controladoria Geral da União;

c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Campinas, mediante consulta comprobatória de inexistência de Sanções no Cadastro do Município de Campinas;

d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, cuja comprovação deverá ser mediante Certidão de Apenados de Impedimentos de Repasse, extraídas do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação, ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos [incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), cuja comprovação deverá ser mediante a apresentação de Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;

VIII – tenha, entre seus dirigentes, agente público que desempenhe função na gestão, fiscalização e prestação de contas dos ajustes, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, mediante a apresentação de Declaração do representante legal da entidade ou sociedade;

IX - tenha administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador, mediante a apresentação de Declaração do representante legal da entidade ou sociedade;

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do Secretário Municipal de Saúde, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no **caput**, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a pessoa jurídica ou seu dirigente.

§ 3º Para os fins do disposto na alínea “a” do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a conveniada estiver em situação regular no parcelamento.

§ 4º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com pessoas jurídicas que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no ajuste simultaneamente como dirigente e administrador público.

§ 5º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

§ 6º Aplicam-se aos ajustes previstos neste Decreto, no que couber, as disposições relativas às vedações previstas em leis e demais normas de direito público.

Art. 4º As pessoas jurídicas que pretendam celebrar Convênio ou Acordo de Cooperação Técnica por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, deverão realizar cadastro prévio no Sistema Municipal de Registro Cadastral, conforme normas expedidas pela Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. Verificada falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado, a Secretaria Municipal de Justiça deverá ser comunicada para providências cabíveis.

Art. 5º Para a formalização de Convênios e Acordos de Cooperação Técnica, o processo administrativo tramitará no sistema oficial de processos eletrônicos do Município de Campinas e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - pelos órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta - Primeiro Setor:

- a) ofício do órgão ou entidade interessada, firmado por seu representante legal, demonstrando interesse na celebração do ajuste;
- b) ato de nomeação do representante legal, que firmou o Ofício, do órgão ou entidade interessada;
- c) inscrição do órgão ou entidade no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- d) ato de constituição da entidade interessada, contendo objetivo compatível com o objeto do ajuste e regulamento de nomeação de seus dirigentes;
- e) cópia legível da Cédula de Identidade, do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e do comprovante de endereço do representante legal;
- f) Plano de trabalho, nos termos exigidos neste Decreto;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social – INSS, comprovada pela apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- i) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- j) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada pela apresentação de Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa.
- k) Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária do Município e compatível com o objeto a ser executado, quando demandar o ajuste;
- l) comprovante atualizado de registro do órgão ou entidade no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, quando demandar o ajuste;
- m) apresentação das seguintes certidões relativas a impedimentos e sanções:
 - m.1) Certidão de Apenados de Impedimentos de Licitação/Contrato/Chamamento Público/Celebração de Parceria, extraídas do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
 - m.2) Certidão de Apenados de Impedimentos de Repasse, extraídas do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
 - m.3) Certidão correcional - entes privados emitida pela Controladoria Geral da União;
 - m.4) Consulta comprobatória de inexistência de Sanções no Cadastro do Município de Campinas;
- n) declaração do órgão ou entidade, firmada por seu representante legal, de que não emprega trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em conformidade ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

o) ofício, firmado pelo representante legal, contendo a indicação da Autoridade Máxima da entidade e dos responsáveis que assinam os Ajustes e prestação de contas, nos termos previstos no art. 2º da Instrução Normativa TCE/SP nº 01/2024, bem como os respectivos e-mails.

q) realização/atualização de registro cadastral através do módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP" com informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão interessado, nos termos previstos no art. 2º, inciso I, da Instrução Normativa TCE/SP nº 01/2024, mediante a “Declaração de Atualização Cadastral”;

r) Declaração do representante legal da entidade com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 3º deste Decreto, as quais deverão estar descritas no documento;

s) Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

II- pelas sociedades simples e empresárias, com fins econômicos - Segundo Setor:

- a) ofício da sociedade, firmado por seu representante legal, demonstrando interesse na celebração do ajuste;
- b) Ato constitutivo ou instrumento de procuração que confere poderes ao representante legal que firmou o Ofício;
- c) inscrição da sociedade no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ, relativa a Matriz e Filial, se couber;
- d) cópia do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrado, contendo objetivo compatível com o objeto do ajuste, e, quando couber, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício.
- e) cópia legível da Cédula de Identidade, do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e do comprovante de endereço do representante legal;
- f) Plano de trabalho, nos termos exigidos neste Decreto;
- g) Certificado de Registro Cadastral em vigência, emitido pela Secretaria Municipal de Administração;
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social – INSS, comprovada pela apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- i) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- j) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- k) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada pela apresentação de Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa;

l) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada pela apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pelo Município em que o estabelecimento estiver situado e pelo Município de Campinas;

m) Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária do Município e compatível com o objeto a ser executado, quando demandar o ajuste;

n) comprovante atualizado de registro do órgão ou entidade no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, quando demandar o ajuste;

o) nos casos de Acordo de Cooperação Técnica de integração ensino-serviço, documentação comprobatória de autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos que envolver a parceria, expedida pelo Ministério da Educação – MEC;

p) declaração da sociedade, firmada por seu representante legal, de que não emprega trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em conformidade ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

q) Declaração do representante legal da sociedade com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 3º deste Decreto, as quais deverão estar descritas no documento;

r) ofício, firmado pelo representante legal, contendo a indicação da Autoridade Máxima da sociedade e dos responsáveis que assinam os Ajustes e prestação de contas, nos termos previstos no artigo 2º da Instrução Normativa TCE/SP nº 01/2024, bem como seus e-mails cadastrados no Sistema SEI como usuário externo;

s) realização/atualização de registro cadastral através do módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP" com informações pessoais do(s) responsável(is) pela sociedade, nos termos previstos no art. 2º, inciso I, da Instrução Normativa TCE/SP nº 01/2024, mediante a "Declaração de Atualização Cadastral";

t) Declaração do representante legal da entidade com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 3º deste Decreto, as quais deverão estar descritas no documento;

u) Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

III- pelas associações civis e fundações, sem fins lucrativos - Terceiro Setor:

a) ofício da entidade, firmado por seu representante legal, demonstrando interesse na celebração do ajuste;

b) inscrição da entidade no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ, relativa a Matriz e Filial, se couber;

c) cópia do estatuto social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrado, contendo objetivo compatível com o objeto do ajuste;

d) ata de eleição dos dirigentes da entidade relativa a Matriz e filial, devidamente registrada, quando couber;

e) instrumento de procuração que confere poderes ao representante legal que firmou o Ofício, quando couber;

f) cópia legível da Cédula de Identidade, do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e do comprovante de endereço do representante legal;

g) Plano de trabalho, nos termos exigidos neste Decreto;

h) Planilha contendo a indicação de profissionais contratados pela instituição a fim de atender ao convênio firmado com o Município e as respectivas remunerações desses profissionais, que deverá ser elaborada atendendo o modelo indicado pelo órgão técnico competente da Secretaria Municipal de Saúde;

i) Demonstrativo dos custos apurados para a estipulação das metas contidas no Plano de Trabalho, quando houver a previsão de repasse de recursos públicos no ajuste;

j) Indicação das imunidades e isenções fiscais e de contribuições sociais e das possíveis subvenções garantidas à entidade, quando houver a previsão de repasse de recursos públicos no ajuste;

k) Declaração, firmada por seu representante legal, atestando que a entidade é autossustentável, com a identificação de suas fontes de recursos, demonstradas em seu Balanço Patrimonial, quando houver a previsão de repasse de recursos públicos no ajuste;

l) Certificado de Registro Cadastral em vigência, emitido pela Secretaria Municipal de Administração;

m) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social – INSS, comprovada pela apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

n) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

o) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

p) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada pela apresentação de Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa;

q) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada pela apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pelo Município em que o estabelecimento estiver situado e pelo Município de Campinas;

r) Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária do Município e compatível com o objeto a ser executado, quando demandar o ajuste;

s) comprovante atualizado de registro do órgão ou entidade no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, quando demandar o ajuste;

t) quando houver, Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, em vigência, ou demonstração de seu pedido de renovação e a fase em que se encontra;

u) nos casos de Acordo de Cooperação Técnica de integração ensino-serviço, documentação comprobatória de autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos que envolver a parceria, expedida pelo Ministério da Educação – MEC;

v) apresentação das seguintes certidões relativas a impedimentos e sanções:

v.1) Certidão de Apenados de Impedimentos de Licitação/Contrato/Chamamento Público/Celebração de Parceria, extraída do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

v.2) Certidão de Apenados de Impedimentos de Repasse, extraída do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

v.3) Certidão Correccional - Entes Privados, que corresponde à Certidão negativa referente a punições vigentes contidas nos Sistemas Correccionais (ePAD, CGU-PAD, CGU-PJ e Banco de Sanções) e nos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, bem como de procedimentos acusatórios em andamento em desfavor do ente privado extraída do sistema de Certidões da Controladoria Geral da União;

v.4) Consulta comprobatória de inexistência de Sanções no Cadastro do Município de Campinas;

w) declaração da sociedade, firmada por seu representante legal, de que não emprega trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em conformidade ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

x) Declaração do representante legal da entidade com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 3º deste Decreto, as quais deverão estar descritas no documento;

y) ofício, firmado pelo representante legal, contendo a indicação da Autoridade Máxima da sociedade e dos responsáveis que assinam os Ajustes e prestação de contas, nos termos previstos no artigo 2º da Instrução Normativa TCE/SP nº 01/2024, bem como seus e-mails cadastrados no Sistema SEI como usuário externo.

z) realização/atualização de registro cadastral através do módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP" com informações pessoais do(s) responsável(is) pela sociedade, nos termos previstos no art. 2º, inciso I, da Instrução Normativa TCE/SP nº 01/2024, mediante a "Declaração de Atualização Cadastral".

aa) Regulamento de Compras e Contratação de Serviços;

ab) Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

§ 1º Não se aplicam aos acordos de cooperação os itens "m" do inciso I do art. 5º e dos itens "h", "i", "j", "k", "v", "aa" do inciso III do art. 5º.

§2º Além dos documentos constantes dos incisos I, II e III do presente artigo, outros poderão ser exigidos para a instrução do processo, a critério da Administração e mediante orientação procedimental a ser expedida pela Procuradoria-Geral do Município.

Art. 6º. Instruído o processo nos termos do art. 5º deste Decreto, os órgãos competentes do Município deverão juntar aos autos:

a) ateste de regularidade na apresentação da prestação de contas financeiro-contábil, dentro dos prazos estabelecidos nos ajustes vigentes firmados com o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, a ser confeccionado pelo órgão responsável da Pasta, para os ajustes com previsão de transferências de recursos públicos;

b) aprovação do Plano de Trabalho pelos órgãos técnicos competentes e respectivos Diretores, como requisito prévio e obrigatório para a assinatura do Secretário Municipal de Saúde;

c) Ato de designação dos gestores do convênio e dos fiscais, com indicação dos diretores departamentais que deverão constar no Termo de Ciência e Notificação;

d) minuta do instrumento do ajuste a ser celebrado;

e) justificativa contendo o interesse público na celebração do ajuste, o interesse comum entre o Município e o órgão ou entidade, o critério de escolha da entidade beneficiária, as atividades a serem executadas e a opção do órgão técnico pela celebração do ajuste, evidenciando sua vantajosidade, em detrimento da execução direta de seu objeto pelo Município;

f) termo de disponibilidade financeira / declaração quanto à compatibilização e a adequação das despesas do convênio aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para os ajustes com previsão de transferências de recursos públicos;

g) solicitação de avaliação de interesse público de compras;

h) despacho de aprovação pelo Comitê Gestor, nos termos do disposto no Decreto Municipal nº 22.655, de 03 de fevereiro de 2023, para os ajustes com previsão de transferências de recursos públicos;

i) Parecer jurídico;

j) Autorização pelo Secretário da pasta da formalização do ajuste e, se o caso, da despesa, publicado em Diário Oficial do Município;

k) Termo do ajuste celebrado;

l) Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado - TCESP, acompanhado da Declaração de Atualização Cadastral, em conformidade com as estipulações das Instruções Normativas vigentes do TCESP;

m) publicação na imprensa oficial do extrato do ajuste formalizado.

n) protocolo de remessa da notificação da celebração do convênio à Câmara Municipal;

p) notas de empenho vinculadas ao ajuste, quando houver previsão de transferências de recursos públicos;

p) comprovante de remessa eletrônica de informações relativas à celebração do convênio no módulo de Ajustes da Fase V do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quando houver previsão de transferências de recursos públicos.

§ 1º O acesso ao processo administrativo eletrônico será garantido aos usuários externos do sistema desde que previamente cadastrados e indicados pelo representante legal.

Art. 7º Após a regular instrução e aprovação do Plano de Trabalho proposto, a Secretaria Municipal de Saúde remeterá o processo à Procuradoria-Geral do Município para controle prévio de legalidade mediante análise jurídica do processo.

§ 1º A celebração de Convênio ou Acordo de Cooperação Técnica poderá ser precedida de chamamento público, a critério da Administração Municipal, visando à seleção de projetos ou entidades.

§ 2º Ao chamamento público deverá ser dada publicidade, especialmente por intermédio da divulgação em sítio oficial do Município de Campinas na internet.

§ 3º O edital de chamamento público deverá estabelecer critérios objetivos visando à aferição da qualificação técnica e capacidade operacional da entidade para a execução do objeto do ajuste.

Art. 8º O plano de trabalho apresentado pelo órgão ou entidade deverá observar as referências estabelecidas na Diretriz Técnica da Secretaria Municipal de Saúde e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas e, quando couber, a Ficha de Programação Orçamentária – FPO, contendo o código e descrição do procedimento, quantitativo e valor financeiro compatível com a Tabela SIGTAP;

III - etapas ou fases de execução;

IV - indicação da contrapartida, quando couber;

V - plano de aplicação dos recursos financeiros, que deverá ser apresentado anexo ao Plano de Trabalho, estabelecendo, quando couber, critérios claros e procedimentos de cálculo para rateio administrativo, de modo a evidenciar a pertinência das proporções empregadas na alocação de despesas;

VI - cronograma de desembolso, com a indicação das contas bancárias específicas, quando couber;

VII - matriz de monitoramento, quando couber, que deverá ser apresentada anexa ao Plano de Trabalho, contendo a definição de metas físicas quantitativas e qualitativas vinculados a recursos de Média Complexidade e incentivos na prestação das ações e serviços contratualizados, a definição de indicadores para avaliação das metas de desempenho, e a definição dos percentuais correspondentes aos recursos financeiros e respectivas fontes envolvidas na contratualização;

VIII - planilha, quando couber, que deverá ser apresentada anexa ao Plano de Trabalho, contendo as metas físicas de produção dos serviços de Alta Complexidade e do Fundo de Ações Estratégicas de Compensação (FAEC), bem como, outros serviços, de fonte estadual e municipal, e a definição dos recursos financeiros e respectiva fonte de financiamento;

IX - previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas ou fases programadas.

§ 1º Se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia e arquitetura, ou adequação de ambiência, as benfeitorias ou melhorias executadas deverão ser destinadas e revertidas à qualificação da assistência à saúde, objeto de convênio assistencial previamente formalizado e vigente, por meio de aditamento, constando Plano de Trabalho para monitoramento, conforme indicadores que serão instituídos, quando couber, em matriz de indicadores.

§ 2º Se o ajuste compreender recursos de investimento para aquisição de mobiliários e equipamentos, estes deverão ser destinados à qualificação da assistência à saúde e utilizados na execução do objeto do convênio assistencial previamente formalizado e vigente, por meio de aditamento, constando Plano de Trabalho para monitoramento, conforme indicadores que serão instituídos, quando couber, em matriz de indicadores.

§ 3º Se o ajuste compreender recursos de investimento para aquisição de mobiliários ou equipamentos, os bens adquiridos deverão ser destinados ao atendimento das necessidades assistenciais indicadas pelos órgãos da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a prioridade às demandas reprimidas.

§ 4º Para aquisição de mobiliários ou equipamentos, os valores e os descritivos devem observar, no mínimo, as indicações que constam do Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis para o SUS (SIGEM) do Ministério da Saúde, ou outro indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º Os bens móveis adquiridos pela entidade conveniada serão doados ao Município, mediante assinatura de Termo de Doação, lavrado concomitantemente ao Termo de Permissão de Uso dos bens móveis à entidade.

§ 6º Os bens móveis permanecerão em posse da entidade conveniada, que garantirá sua vigilância, controle patrimonial e fiscalização, até o término da relação convencional, ou até que cesse a oferta assistencial vinculada ao bem, ocasião em que deverão retornar à Administração Pública Municipal.

§ 7º Apurado, na aquisição dos bens móveis, valor menor que o montante total repassado pelo Município, a diferença deverá ser devolvida pela entidade em conta bancária a ser indicada pelo Fundo Municipal de Saúde.

§ 8º Apurado, na aquisição dos bens móveis, valor maior que o montante apontado no Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis para o SUS (SIGEM) do Ministério da Saúde ou repassado pelo Município, a diferença será custeada pela entidade.

§ 9º Apurado, na execução da obra ou serviço de engenharia e arquitetura, valor menor que o montante total repassado pelo Município, a diferença deverá ser devolvida pela entidade em conta bancária a ser indicada pelo Fundo Municipal de Saúde,

§ 10. Apurado, na execução da obra ou serviço de engenharia e arquitetura, valor maior que o montante total repassado pelo Município, a diferença será custeada pela entidade.

§ 11 A execução dos recursos financeiros será realizada exclusivamente nas contas correntes específicas abertas para recebimento dos recursos públicos e será fiscalizada, inclusive, mediante a comprovação dos itens adquiridos e dos serviços executados.

§ 12 Concluída a execução do objeto pactuado, as contas correntes específicas deverão ser encerradas pela Conveniada.

Art. 9º Nos Acordos de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações de integração ensino-serviço, para os cursos de graduação e cursos técnicos, as entidades deverão apresentar e cumprir os seguintes requisitos:

I – Apresentação de Plano Semestral de Ensino, indicando o quantitativo de alunos, os campos de interesse, o período de estágio e a proposta para a entrega de bens e serviços, cuja valoração será calculada em pecúnia, balizada no valor da UFIC (Unidade Fiscal do Município de Campinas);

II - o Valor Pecuniário (VP) semestral será obtido pela multiplicação do Índice Técnico (IT), pela Taxa de Ocupação (TO), por uma Unidade Fiscal de Campinas (UFIC), por 6 (seis) meses, ainda que a instituição ocupe o campo de prática por período inferior, calculado através da fórmula: $VP = IT \cdot TO \cdot UFIC \cdot 6$, em que:

a) o Índice Técnico (IT), assumirá os seguintes valores, conforme a natureza da instituição conveniada, pública ou privada e nível do curso, técnico ou superior:

1. para as instituições públicas de ensino, o IT será igual a 0 (zero);
2. para as instituições privadas de ensino de cursos de nível técnico, o IT será igual a 2 (dois);
3. para as instituições privadas de cursos de graduação, exceto Medicina, o IT será igual a 5 (cinco); e,
4. para as instituições privadas de cursos de Pós-Graduação (exceto Programas de Residência) e graduação em Medicina, o IT será igual a 20 (vinte).

b) a Taxa de Ocupação (TO) será obtida pela multiplicação das seguintes variáveis, calculada pela fórmula: $TO = NA \cdot ND \cdot NP$, em que:

1. Número de Alunos (NA), que frequentarão as unidades de saúde como campo de prática, por dia, independente do número de grupos e / ou rodízio entre os alunos;
2. Número de Dias (ND) em que os alunos estarão em campo de prática, podendo ser, no mínimo 1 e, no máximo, 5 dias por semana; e
3. Número de Períodos (NP) de prática nas unidades de saúde da Administração Direta do Município de Campinas, com disponibilidade de até 2 períodos de estágio, matutino, das 07h00 às 13h00, e vespertino, das 13h00 às 19:00.

c) a Unidade Fiscal de Campinas - UFIC, instituída pela [Lei nº 11.097](#), de 20 de dezembro de 2001 será utilizada para efeito de cálculo de atualização monetária dos créditos pertencentes à Fazenda Pública;

III - semestralmente, a Entidade deverá reapresentar o Plano Semestral de Ensino, nos termos do inciso I deste artigo.

IV - a autorização para utilização das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde como campo de prática será imediatamente suspensa, até o efetivo cumprimento da obrigação de entrega de bens e serviços pactuada, em caso de não implementação pela instituição sem justificativa válida.

§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio de seu órgão competente, disponibilizará à instituição de ensino, para sua anuência, a lista de bens e serviços que deverão ser entregues e que correspondam ao montante equivalente ao VP obtido, bem como, o respectivo cronograma de implementação, que poderá ser ajustado, mediante acordo entre as partes, a qualquer tempo durante a vigência do Acordo de Cooperação Técnica.

§ 2º Os cursos de pós-graduação, na modalidade de Residência Médica ou Multiprofissional, e cursos de graduação na modalidade de saúde digital devem constar no Plano de Trabalho, sem obrigações pecuniárias previstas para estas modalidades.

Art. 10. São cláusulas necessárias nos Termos de Convênio e nos Acordos de Cooperação Técnica, no mínimo:

I - o objeto e os seus elementos característicos, em conformidade com o Plano de Trabalho, que integrará o termo celebrado independentemente de transcrição;

II - a vigência, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas;

III - a forma e a metodologia de comprovação da consecução do objeto;

IV - a descrição dos parâmetros objetivos que servirão de referência para a avaliação do cumprimento do objeto;

V - a legislação aplicável à execução do ajuste, inclusive aos casos omissos;

VI - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, quando houver repasse de recursos públicos;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes;

VIII - a obrigação do conveniado ou cooperado de manter, durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação;

IX - as regras para denúncia e extinção do ajuste.

§ 1º Celebrado o ajuste a Procuradoria Geral do Município providenciará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do ajuste:

I - a publicação do extrato, no Diário Oficial do Município, sua juntada no processo administrativo;

II - comunicação a Secretaria Municipal de Justiça, que providenciará a ciência à Câmara Municipal, com a juntada no processo do protocolo de remessa da notificação da celebração do convênio, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da publicação do extrato.

§ 2º O gestor indicado dará ciência do termo assinado aos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde e ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, bem como, providenciará, quando necessária, a comunicação aos órgãos de controle interno e externo, nos prazos fixados nas normativas dos respectivos órgãos.

Art. 11. No ato da celebração do convênio, o conveniente deverá empenhar o valor total que assegure o pagamento das obrigações a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma de desembolso, efetuando-se a programação para os exercícios subsequentes, no caso de vigência plurianual.

Parágrafo único. A programação a que se refere o *caput* deste artigo acarretará a obrigatoriedade de ser consignado crédito nos orçamentos seguintes para garantir a execução do convênio.

Art. 12. A celebração, a liberação e a transferência de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios serão registrados no Sistema de Informação Municipal (SIM) e Sistema de Prestação de Contas (PDC), ou outro sistema venha a substituí-lo.

Art. 13. O Convênio ou o Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo ou Apostilamento, observadas as regras para cada caso, sempre que se evidencie a necessidade de adequações.

§ 1º O objeto do ajuste poderá ser alterado por Termo Aditivo, desde que:

I - não importe transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra;

II - seja apresentada justificativa objetiva pelo conveniente; e

III - quando se tratar de obra, seja mantido o que foi pactuado quanto a suas características.

§ 2º A rerratificação dos instrumentos de ajustes e seus aditamentos será admitida para suprimir pontos obscuros, contradições, omissões ou para correções de erros materiais, mediante justificativa e documentos comprobatórios pertinentes, juntados aos autos do processo.

§ 3º A rerratificação será autorizada pelo Secretário Municipal de Saúde, independente de parecer jurídico e será publicada no Diário Oficial do Município e o processo deverá ser remetido à Procuradoria-Geral do Município para a formalização do respectivo termo e a publicação do extrato no Diário Oficial do Município, além da ciência à Câmara Municipal, nos termos do art. 12, § 1º deste Decreto.

Art. 14. O ajuste deverá ser alterado mediante Termo Aditivo para ajuste ou incremento das atividades descritas no Plano de Trabalho, com adequação do orçamento vinculado, mediante a instrução do processo administrativo com, no mínimo:

I - justificativa sobre as alterações ocorridas, indicando a memória de cálculo contendo quantidades e custos detalhados e o plano de aplicação dos recursos financeiros e o cronograma de desembolso atualizado, quando couber;

II- plano de trabalho, elaborado pelo órgão ou entidade interessada.

§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde, nos casos de aditamento remeterá o processo instruído à Procuradoria-Geral do Município para controle prévio de legalidade mediante análise jurídica do processo.

§ 2º Celebrado o termo aditivo, a Procuradoria Geral do Município providenciará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do ajuste:

I - a publicação do extrato, no Diário Oficial do Município, sua juntada no processo administrativo;

II - comunicação a Secretaria Municipal de Justiça, que providenciará a ciência à Câmara Municipal, com a juntada no processo do protocolo de remessa da notificação da celebração do convênio, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da publicação do extrato.

§ 4º O gestor indicado dará ciência do termo assinado aos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde e ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, bem como, providenciará, quando necessária, a comunicação aos órgãos de controle interno e externo, nos prazos fixados nas normativas dos respectivos órgãos.

Art. 15. O apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, deverá ocorrer mediante registro no processo administrativo do ajuste nos seguintes casos:

I - adequação das fontes de recursos orçamentários ou outras adequações orçamentárias permitidas por lei;

II - adequação das proporcionalidades indicadas para a execução das despesas e previstas nos Planos de Aplicação dos Recursos Financeiros do Plano de Trabalho;

III - adequação do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros, em razão de incremento de recursos provenientes de auxílios financeiros destinados especificamente à entidade e que não estejam vinculados ao cumprimento de metas ou indicadores previstos no ajuste;

IV - adequação do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros, em razão de reajustes da tabela SIGTAP, ou em razão de recursos que forem destinados à entidade decorrentes de novas habilitações alcançadas junto ao Ministério da Saúde;

V - nos demais casos permitidos em lei ou pelas normativas editadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

VI - alterações na razão ou na denominação social do conveniado ou partícipe.

§ 1º No registro do apostilamento, o processo administrativo deverá ser instruído, no mínimo, com justificativas sobre as alterações ocorridas e os documentos comprobatórios pertinentes.

§ 2º A Secretaria Municipal de Saúde, nos casos de apostilamento, após a adequada instrução processual e autorização do Secretário Municipal de Saúde, remeterá o processo à Procuradoria-Geral do Município para a formalização da apostila.

Art. 16. As transferências financeiras para as entidades públicas ou privadas, decorrentes de convênios celebrados por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, serão efetuadas exclusivamente pelo Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º Os pagamentos estão sujeitos à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária indicada exclusivamente para o recebimento dos recursos destinados ao convênio.

§ 2º As parcelas de convênio serão liberadas em estrita conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, exceto nos casos a seguir, em que ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - não comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo órgão gestor ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Municipal;

II - desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, ou o inadimplemento do Conveniado;

III – não adoção, pelo Conveniado, de medidas saneadoras apontadas pela Administração Municipal, através do gestor do convênio ou de agentes do sistema de controle interno.

§ 3º Toda movimentação de recursos de que trata este artigo será realizada observando-se os seguintes procedimentos:

I – inserção das transferências no Sistema de Informação Municipal (SIM), ou outro que venha a substituí-lo;

II - movimentação em conta corrente específica e exclusiva, devendo ser utilizada uma conta para cada fonte de recurso, aberta em Instituição Financeira Oficial, inclusive no caso previsto no § 11 do art. 6º, e os recursos com previsão de uso igual ou superior a 1 (um) mês serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança, e aqueles com previsão de uso com prazo inferior a 1 (um) mês, em Fundo de Aplicação Financeira de curto prazo ou Operação de Mercado Aberto, lastreada em Títulos da Dívida Pública;

III - cômputo das receitas financeiras, auferidas na forma do inciso anterior, obrigatoriamente a crédito do Convênio e aplicadas exclusivamente para sua finalidade, constando de demonstrativo específico, que integrará as prestações de contas do ajuste, a serem inseridas no Sistema de Prestação de Contas - PDC;

IV - os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos ao CONVENIENTE, ao término do ajuste, devidamente atualizados, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do encerramento do ajuste, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Municipal.

§ 4º O atraso na devolução dos recursos no prazo estabelecido de 30 (trinta) dias, contado da data do encerramento do ajuste, obrigará a Conveniada à atualização dos valores devidos.

Art. 17. O acompanhamento dos Convênios e Acordos de Cooperação Técnica deverá ser suficiente para garantir a plena execução física do objeto e a prestação de contas financeiro-contábil da aplicação dos recursos públicos, quando couber, mediante fiscalização constante pelos órgãos da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º A execução física do objeto dos ajustes será avaliada pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde indicados expressamente no processo, que observarão o cumprimento das cláusulas estabelecidas no instrumento e respectivo Plano de Trabalho, bem como outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 2º O controle e avaliação da execução das metas e, quando couber, dos custos da execução do ajuste dar-se-ão através de relatórios e outros documentos aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o fluxo e o cronograma estabelecido nos Planos de Trabalho integrantes do ajuste.

§ 3º Anualmente, ou sempre que necessário, o Conveniente vistoriará as instalações da Conveniada para verificar se persistem as condições técnicas comprovadas por ocasião da assinatura do ajuste.

§ 4º A prestação de contas contábil-financeira deverá obedecer aos procedimentos e prazos estabelecidos na legislação vigente, nas normativas dos Tribunais de Contas e nas orientações contidas no Manual de Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º O cumprimento físico do objeto, bem como a execução orçamentária e financeira dos ajustes serão monitorados e acompanhados a cada quadrimestre e deverão estar contidos em Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e em Relatório Anual de Gestão (RAG), nos termos da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Art. 18. A Conveniada, na prestação de contas financeiro-contábil, deverá observar:

I - os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II – a publicidade no Portal da Transparência da entidade, por ocasião do encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade;

III - a manutenção, durante toda a execução do ajuste, de todas as condições exigidas, para a habilitação e a qualificação, na celebração do ajuste;

IV - o Regulamento de Compras e Contratação de Serviços e Regulamento de Contratação de Pessoal apresentados no ato formalização do ajuste;

V – o não pagamento, com recursos do Convênio, de despesas realizadas em dissonância com o plano de trabalho ou contraídas fora de sua vigência, ou a título de taxa de administração, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto as decorrentes de atraso do repasse dos valores conveniados, mediante justificativa;

VI – a vedação de pagamento, com os recursos do Convênio, a qualquer título, a servidor ou empregado público municipal de Campinas, integrante de quadro de pessoal da Administração Pública Municipal direta ou indireta ou a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor ou empregado público municipal, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas hipóteses previstas em leis, conforme disposto no Estatuto do Servidor do Município de Campinas.

Art. 19. Os convênios que tenham por objeto a assistência à saúde dos usuários do SUS serão acompanhados por Comissão de Acompanhamento, que será composta por gestores e fiscais do ajuste, por representantes indicados pela Conveniada, sendo permitida a participação de representantes indicados pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º Os representantes da conveniada e do Conselho serão indicados no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da expedição do ofício pelo gestor do ajuste, para posterior nomeação por ato do Secretário Municipal de Saúde, publicado no Diário Oficial do Município.

§ 2º A Comissão de Acompanhamento terá por atribuição o acompanhamento do ajuste sob os aspectos assistencial e financeiro-contábil, mediante o monitoramento das metas previstas no Plano de Trabalho e Matriz de Indicadores, bem como de sua execução e prestação de contas.

§ 3º Não compete à Comissão de Acompanhamento a fiscalização do ajuste ou a deliberação sobre a necessidade de adequações que, caso identificadas, deverão ser comunicadas ao gestor do Convênio para avaliação dos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde e eventual formalização de Termo de Aditamento ou Apostilamento.

§ 4º A Comissão de Acompanhamento se reunirá ordinariamente, uma vez por mês, em horário comercial, e preferencialmente no estabelecimento da conveniada, assegurando a participação de sua equipe técnica.

Art. 20. O Convênio ou Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por desistência de qualquer um dos partícipes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e por escrito, hipótese em que permanecerão responsáveis pelas obrigações até o término do ajuste e auferirão as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente, não admitida cláusula sancionadora dos denunciantes.

§ 1º No período indicado no caput do presente artigo, os serviços prestados não poderão ser reduzidos ou interrompidos.

§ 2º Excepcionalmente, o prazo estabelecido no *caput* poderá ser ampliado, mediante ato motivado pela autoridade gestora do SUS, se a interrupção das atividades puder causar prejuízo à saúde da população.

§ 3º A extinção do ajuste deverá ser reduzida a termo formalizado pela Procuradoria-Geral do Município, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 21. A denúncia do Convênio ou do Acordo de Cooperação Técnica, por constatação de falsidade ou de informação inverossímil em documento apresentado ou por aplicação de recursos fora das hipóteses ajustadas, após a instrução o processo com a indicação da inadimplência, falsidade ou informação, será declarada por ato do Secretário Municipal de Saúde, contendo a data da interrupção da assistência.

Parágrafo único. O processo, com as providências do caput deste artigo, deverá ser remetido à Procuradoria-Geral do Município para manifestação e posterior remessa à Secretaria Municipal de Justiça para providências cabíveis.

Art. 22. Na hipótese de denúncia do convênio, o conveniado deverá:

I - devolver os saldos remanescentes atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, inclusive os provenientes de rendimentos de aplicações financeiras;

II - apresentar, quando couber, as demonstrações de produção e a prestação de contas financeiro-contábil, no prazo de 60 (sessenta) dias;

III - assegurar o atendimento integral aos pacientes pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, período em que a Conveniada deverá promover a transferência dos cuidados dos pacientes à Secretaria Municipal de Saúde, mediante a disponibilização de prontuários, plano de cuidados e outros registros assistenciais que se fizerem necessários.

§ 1º Excepcionalmente, o prazo estabelecido no *caput* poderá ser ampliado, se a interrupção das atividades puder causar prejuízo à saúde da população.

§ 2º O prazo para cumprimento do disposto no caput, será contado a partir da data do termo de extinção.

§ 3º O não cumprimento do disposto no caput deste artigo ensejará as providências administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 23. Para a garantia do princípio da transparência, os termos dos ajustes e seus aditamentos deverão ser divulgados no Portal da Transparência do Município e os respectivos extratos deverão ser publicados no Diário Oficial do Município.

Art. 24. Será dada publicidade aos atos de acompanhamento da execução dos ajustes, através da publicação no Portal da Transparência do Município, dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior, Relatório Anual de Gestão e das informações contidas no sistema de prestação de contas (PDC).

Art. 25. Os ajustes celebrados, cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor deste Decreto, permanecerão regidos pelas regras previstas no Decreto nº 16.215, de 12 de maio de 2008 ou no Decreto revogado.

Art. 26. Revoga-se o Decreto Municipal nº 23.146, de 18 de janeiro de 2024.

Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 02/04/2026, às 16:23, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS PIMENTEL LUDERS - OAB 134.054, Procurador(a) Municipal**, em 06/04/2026, às 08:58, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **18319031** e o código CRC **BB7FE87B**.